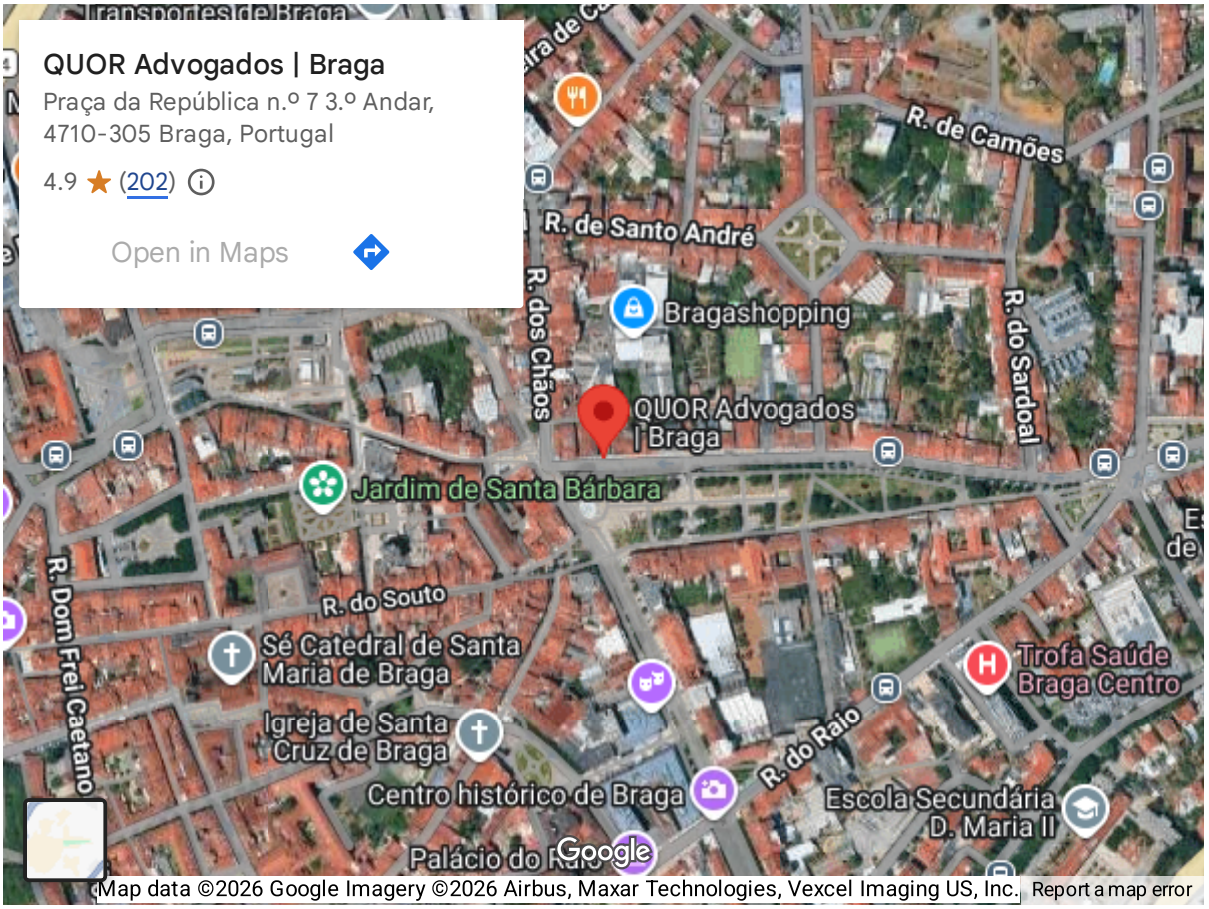
Instituições do processo penal em Braga: tribunal, PJ, PSP e GNR com um advogado penal Quem se vê envolvido num processo-crime em Braga depressa percebe que vai lidar com várias entidades diferentes, cada uma com o seu papel. Uma notificação da PSP, uma convocatória da Polícia Judiciária, um despacho do Ministério Público e uma carta do tribunal podem chegar no mesmo processo, e é fácil ficar confuso. Um advogado penal em Braga ajuda a perceber quem é quem, porque saber advogado penal a quem dirigir um pedido ou onde comparecer evita deslocações inúteis e atrasos. No topo da estrutura judicial local está o Tribunal Judicial da Comarca de Braga, com instalações na Praça da Justiça. Integra vários juízos, entre os quais o juízo criminal, onde decorrem os julgamentos, e o juízo de instrução criminal, onde atua o juiz que controla as medidas de coação, autoriza determinados meios de prova e dirige a fase de instrução. Existem ainda o juízo de família e menores, o **assistência penal imediata** juízo do trabalho e o juízo local cível, entre outros. Os processos de natureza administrativa e fiscal correm no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

O Ministério Público tem os seus serviços junto do tribunal e é a entidade que dirige o inquérito e decide se acusa ou arquiva. Para investigar, conta com os órgãos de polícia criminal. A Polícia Judiciária, através do Departamento de Investigação Criminal de Braga, trata da criminalidade mais complexa ou grave. A PSP, através do Comando Distrital de Braga, atua sobretudo nas zonas urbanas, como Braga, Guimarães e Famalicão. A GNR, através do Comando Territorial de Braga, cobre as zonas mais rurais, como Amares, Vila Verde e Terras de Bouro. Na prática, isto significa que uma queixa apresentada num posto da GNR em Vila Verde e outra apresentada numa esquadra da PSP no centro de Braga podem seguir caminhos semelhantes, mas com interlocutores diferentes durante o inquérito. O advogado penal acompanha estes contactos, sabe que tipo de diligência cada entidade pode realizar e quando é preciso dirigir-se ao Ministério Público ou ao juiz. Para o cliente, a vantagem é ter uma única pessoa a coordenar a relação com todas estas instituições. A QUOR Advogados está instalada na Praça da República, no centro de Braga, a poucos minutos do tribunal. O Dr. David Silva tem presença regular no Tribunal Judicial de Braga, e a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente no escritório. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e acompanham cada processo do início ao fim. Se tem um processo em curso e não percebe qual a entidade responsável, marque uma consulta inicial de 70€, presencial no centro de Braga ou online. Contacto: +351 939 709 888, das 9h às 18h.

QUOR Advogados | Braga Address: Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga Phone: +351 939 709



888 FAQ: Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.